

A AGRICULTURA FAMILIAR NO ÂMBITO DO PODER LOCAL: A ATUAÇÃO DO PRONAF INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS

*ROSÂNGELA AP. DE MEDEIROS HESPANHOL¹
VERA MARIZA HENRIQUES DE MIRANDA COSTA²*

Resumo

A agricultura familiar constituiu-se, no decorrer dos anos 1990, num dos principais eixos norteadores das discussões sobre a questão agrária brasileira. No âmbito institucional, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar representou o reconhecimento oficial, em termos de política agrícola nacional, da importância econômica e social dessa categoria de produtores no meio rural. Dentre as linhas de ação do programa, destaca-se, sob a perspectiva do desenvolvimento local, o PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais. Nessa linha de ação, o financiamento das obras de infra-estrutura e de serviços de apoio visa atender às demandas dos produtores familiares representados, por meio das associações rurais, nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Dessa forma, constatou-se que nos municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado, localizados na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, a implementação desse programa contribuiu para dinamizar as ações das associações de produtores rurais existentes nestas localidades, reforçando sua importância política como instância de representação dos agricultores familiares junto às demais esferas do poder local.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, PRONAF, Associativismo Rural.

¹ Professora Assistente Doutora do Departamento de Geografia da FCT – UNESP, Campus de Presidente Prudente. E-mail: hespanhol@stetnet.com.br

² Professora Adjunta aposentada do Departamento de Economia da UNESP, Campus de Araraquara. E-mail: veramcosta@techs.com.br

Abstract

The Family Agriculture in the local power - Performance the PRONAF Infrastructure and Municipal Services

The family agriculture was constituted, in elapsing of the years 1990, in an of the main axes of the discussions on the Brazilian agrarian subject. In the institutional ambit, the creation of the National Program of Invigoration of the Family Agriculture represented the official recognition, in terms of national agricultural politics, of the economic and social importance of that category of producers in the rural way. From among the lines of action of the program, stands out, under the perspective of the local development, PRONAF Infra-estrutura and Municipal Services. In that action line, the financed municipal infrastructure works should assist to the demands of the family producers, represented by means of the rural associations in the Municipal Council of Rural Development. In that way, it was verified that in the municipal districts of Alfredo Marcondes and Álvares Machado, located in Geographical Microrregião of Presidente Prudente, the introduce of that program contributed to dynamic the actions of the associations of existent rural producers in these places, reinforcing its political importance close to as instance of the family farmers' representation the other spheres of the local power.

Key words: Family Agriculture, PRONAF, Rural Associativismo.

INTRODUÇÃO

Na década de 1990, a agricultura familiar constituiu-se como um dos principais eixos norteadores das discussões sobre a questão agrária brasileira.

Nesse contexto, MOREIRA (1999, p. 157) ressalta que “*a construção contemporânea da categoria analítica **agricultura familiar** nas ciências sociais procura contrapor-se às categorias analíticas **agricultura de subsistência, pequena produção familiar e campesinato, tradicionalmente utilizadas**” (grifos no original).*

Essa mudança de perspectiva em relação à produção familiar, que genericamente passou a ser designada de agricultura familiar, deveu-se à conjugação de uma série de fatores que, de certa forma, contribuíram para a intensificação das análises e dos debates referentes à importância econômica e social dessa categoria de produtores no meio rural brasileiro.

Dentre esses fatores, destacou-se no plano político, as pressões exercidas pelas entidades representativas dos agricultores familiares como a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), organizando manifestações públicas como

o Grito da Terra Brasil, reivindicando uma política diferenciada para essa categoria de produtores.

Essas pressões ganharam respaldo político quando o governo federal resolveu eleger a agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural, criando em meados dos anos 1990, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Esse programa, composto de quatro linhas de ação, deveria constituir-se não apenas num instrumento de financiamento da produção agropecuária, via crédito de custeio e de investimento, mas num elemento dinamizador da agricultura familiar no meio rural, através: a) do fomento à capacitação e profissionalização dos produtores; b) da negociação de políticas públicas; e, c) da dotação de investimentos em termos de infra-estrutura pública e de serviços de apoio aos municípios.

Considerando a abrangência do programa e a relativa recência de sua implantação, procedeu-se à avaliação, ainda que de forma preliminar, do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços nos municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado, localizados na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. O interesse por essa linha de ação do PRONAF se deve às particularidades que envolvem esse programa, consubstanciadas no enfoque sob o desenvolvimento local e na participação dos agricultores familiares e suas organizações (associações, cooperativas, etc.) na tomada de decisões no âmbito do poder local.

PRESSUPOSTOS BÁSICOS DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF

O PRONAF foi lançado oficialmente pelo governo brasileiro em agosto de 1995, como uma linha especial de crédito de custeio, denominada de Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF). Sua institucionalização e regulamentação como programa governamental, ou seja, como “*um conjunto de ações globais para o desenvolvimento da agricultura familiar*” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1996, p. 23) ocorreu em junho de 1996³, quando passou a integrar o Orçamento Geral da União, sendo denominado de PRONAF.

O objetivo principal do programa era “*propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo*

³ A base legal do PRONAF é o Decreto Presidencial nº. 1.946 de 28 de junho de 1996. Com relação ao crédito rural, orienta-se por resoluções do Banco Central e por normas específicas dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Do ponto de vista institucional, o PRONAF esteve, desde a sua criação, atrelado ao Ministério da Agricultura e Abastecimento, entanto, em julho de 1999, passou à esfera do Ministério do Desenvolvimento Agrário, passando a ser denominado de PRONAF Planta Brasil.

para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares" (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1996, p. 26).

Para alcançar esse objetivo, o programa foi estruturado com base na noção de gestão social, a qual fundamenta-se em três princípios básicos: a descentralização; a participação e o estabelecimento de parcerias.

Subjacente à adoção da gestão social como base de ação do PRONAF, está a idéia de que, ao municipalizar a atuação do programa, os agricultores familiares e suas organizações (associações, cooperativas, sindicatos), representadas por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, tornam-se os principais agentes do desenvolvimento local. Isso porque, os conselhos municipais têm como principais atribuições, analisar e aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), sugerir alterações nas políticas do município em relação ao setor agropecuário e auxiliar no acompanhamento e fiscalização na aplicação dos recursos públicos.

Deve-se ressaltar que, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural deve ser um documento norteador das ações a serem executadas para o fortalecimento do setor agropecuário do município, devendo ser *"elaborado, coordenado e fiscalizado pela sociedade local, através de suas organizações de representação civil, e que vise o desenvolvimento do agronegócio local"* (MARTIN et. al., 1998, p. 35). Esse plano deve conter as diretrizes de ação, as principais demandas referentes ao desenvolvimento agropecuário e as potencialidades locais, devendo estar articulado com as demais atividades econômicas e sociais do município, considerando inclusive suas relações com a economia regional.

A partir do estabelecimento desses princípios norteadores, o Programa foi estruturado em três níveis gerenciais, como se pode observar no quadro I.

Apesar da suposta articulação institucional presente nesta estrutura e a preocupação com a participação dos agricultores por meio da representação junto às várias instâncias, no âmbito municipal, estadual e federal, análises preliminares efetuadas por ABRAMOVAY & VEIGA (1998) e ANDRADE DA SILVA (1999) constataram que o governo brasileiro, por meio do Conselho Nacional do PRONAF, é quem realmente detém o controle administrativo, econômico e político do programa. Nesse sentido, a adoção pelo programa da gestão social, como forma de atuação, esbarra numa questão primordial, que é a centralização das decisões e dos recursos pelo governo federal, restando aos agricultores familiares ou as suas representações e ao poder público municipal, um espaço relativamente limitado de ação, o qual circunscreve-se à execução e fiscalização do programa no âmbito do município.

Não obstante essa constatação, deve-se ressaltar o fato de que nos municípios onde os produtores familiares se encontravam organizados e representados por meio de associações, cooperativas ou sindicatos rurais, o espaço para discussão dos problemas e das soluções bem como a priorização das demandas, tendeu a ser maior.

Quadro I Estrutura Básica do PRONAF

1) Nível municipal	1.1. Prefeitura Municipal; 1.2. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), com a participação dos agricultores familiares e suas organizações representativas (cooperativas, associações, sindicatos); e, 1.3. Entidades municipais, públicas ou privadas.
2) Nível estadual	2.1. Governo Estadual; 2.2. Conselho Estadual do PRONAF, com a participação das representações estaduais dos agricultores familiares; e, 2.3. Secretaria Executiva Estadual do PRONAF.
3) Nível federal	3.1. Ministério Extraordinário de Política Fundiária; 3.2. Conselho Nacional do PRONAF, composto por representantes do Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério da Fazenda; Ministério do Trabalho; Secretaria Especial de Políticas Regionais; Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária; Fórum dos Secretários de Agricultura; Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural; 3.3. Secretaria Nacional Executiva do PRONAF; e, 3.4. Caixa Econômica Federal (CEF), como repassadora dos recursos orçamentários aos municípios e demais agentes financeiros públicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e bancos estaduais) e privados, além de cooperativas de crédito, que tenham convênio para repasse dos recursos.

Fonte: ANDRADE DA SILVA (1999)

Com relação à definição do público alvo do PRONAF, este pode ser caracterizado, segundo ABRAMOVAY & VEIGA (1998), como o resultado das negociações políticas que ocorreram no decorrer do processo de implantação do programa.

Assim, inicialmente, o PRONAF deveria beneficiar exclusivamente as unidades produtivas que utilizam o trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem o emprego de trabalhador permanente e que recorrem eventualmente, dado o caráter sazonal das atividades agrícolas, à ajuda de terceiros. Nesse sentido, CARNEIRO (1999, p. 331) observa que, reconhecendo a capacidade competitiva desse segmento produtivo, designado de agricultores familiares *em transição*, o governo federal priorizou “*aqueles que apresentariam potencialidades de serem transformados em ‘empresas familiares viáveis’*, através da incorporação de tecnologia e de uma racionalidade econômica voltada para as demandas do mercado”.

Entretanto, em virtude das pressões políticas exercidas por alguns segmentos vinculados à agricultura, como os representantes dos sindicatos patronais, passaram a ser beneficiários do programa, as unidades produtivas que utilizam até dois emprega-

dos permanentes. Posteriormente, em virtude da extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), foram incluídos como beneficiários, os trabalhadores rurais assentados em projetos de reforma agrária. Ampliaram-se também, as atividades econômicas contempladas com os recursos do PRONAF, as quais passaram a abranger além da agropecuária, a pesca artesanal, a aqüicultura e o extrativismo.

As mudanças ocorridas na definição do público alvo do PRONAF geraram uma série de críticas ao programa, em virtude do fato de ampliarem consideravelmente o grupo dos potenciais beneficiários, abrindo espaço para a participação de agricultores capitalizados que, oferecendo maiores garantias e contrapartidas ao sistema financeiro, possuem maior capacidade de endividamento junto aos bancos.

Dessa forma, podem ser beneficiários do PRONAF, os agricultores familiares e trabalhadores rurais, proprietários, assentados, posseiros, arrendatários e parceiros, que utilizem mão-de-obra familiar e que tenham até dois empregados permanentes ou, dado o caráter sazonal das atividades agropecuárias, que utilizem o recurso à contratação eventual de trabalhadores temporários. Além disso, não devem explorar área superior a quatro módulos fiscais e ter, no mínimo, 80% da renda familiar bruta anual proveniente das atividades agrícolas e não-agrícolas, e ainda, residir na propriedade ou em núcleo urbano próximo.

Deve-se ressaltar que, os créditos do PRONAF podem ser concedidos de forma individual, coletiva (quando formalizado por grupo de produtores, para finalidades coletivas) ou grupal (formalizado por grupos de produtores, para finalidades individuais). No caso das solicitações coletivas ou grupais, estas podem ser feitas por meio das organizações de agricultores familiares (associações ou cooperativas), legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos seis meses, que congreguem em seu quadro social, pelo menos 60% de agricultores familiares.

Assim, no quadro II, são apresentados sinteticamente, os grupos de agricultores familiares que podem se beneficiar do PRONAF.

A partir da definição do público alvo, estabeleceram-se como eixos básicos do Programa, as seguintes linhas de atuação: a) PRONAF Crédito Rural (custeio e investimento); b) PRONAF Capacitação e Profissionalização dos Agricultores Familiares; c) PRONAF Negociação de Políticas Públicas e, d) PRONAF Infra- Estrutura e Serviços Municipais.

O PRONAF INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Essa linha de atuação do PRONAF constitui-se numa linha de financiamento do governo federal, com recursos não reembolsáveis, em parceria com os governos municipais, objetivando a implementação, ampliação, racionalização, modernização ou

Quadro II Grupos de Beneficiários do PRONAF

GRUPOS	MÃO-DE-OBRA	RENDA FAMILIAR	PÚBLICO ALVO
A	Exclusivamente familiar	Não determina percentual de renda mínima dentro do estabelecimento	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária
B	Exclusivamente familiar	Não determina percentual de renda mínima dentro do estabelecimento. Renda de até R\$ 1.500,00 (excluída a aposentadoria rural).	Agricultores familiares descapitalizados; ou trabalhadores rurais descapitalizados com atividades não agropecuárias em estabelecimento rural.
C	Trabalho familiar predominantemente e com possibilidade de contratação eventual de terceiros	Renda de R\$ 1.500,00 até R\$ 8.000,00, sendo 80% no mínimo, proveniente da exploração agrícola e não agrícola do estabelecimento, podendo atingir até R\$ 16.000,00 para as atividades de avicultura, bovinocultura de leite, aqüicultura, caprinocultura, ovinocultura, fruticultura, olericultura, sericicultura e suinocultura.	Agricultores familiares ou trabalhadores rurais descapitalizados, com atividades não agropecuárias em estabelecimento rural
D	Utilizam mão-de-obra familiar e até 2 empregados permanentes.	80% da renda familiar devem provir do estabelecimento de exploração agropecuária ou não agropecuária. Renda bruta anual entre R\$ 8.000,00 até 27.500,00.	Agricultores familiares e trabalhadores rurais com maior nível de capitalização que exerçam atividades agropecuárias ou não agropecuárias em estabelecimento rural.

Fonte: DESER (1999).

realocação da infra-estrutura pública e de serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Dentre os empreendimentos que podem beneficiar-se dos recursos dessa linha de financiamento estão aqueles relacionados à recuperação de solos; sistemas de abastecimento de água e geração de energia; armazenamento, transporte e venda coletiva de produtos; classificação, limpeza e beneficiamento de produtos; etc.

Entretanto, é necessário que os empreendimentos atendam aos seguintes requisitos: a) sejam de uso coletivo; b) implantados em área pública; c) tenham seus benefícios apropriados pelos agricultores familiares e, d) sejam administrados de acordo com normas definidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e a prefeitura do município.

Nesse contexto, vale ressaltar o papel desempenhado pelas associações de produtores rurais que, em virtude da sua capacidade de captar e encaminhar demandas

sociais, tem se constituído em alguns municípios, num importante canal de participação e de representação dos interesses da agricultura familiar no âmbito local. Dessa forma, têm sido atribuídas as associações de produtores rurais, além da captação das demandas e as possíveis formas de solução encaminhadas pela comunidade, a administração e o gerenciamento dos equipamentos e serviços de apoio financiados pelo PRONAF Infra-Estrutura e Serviços.

No que se refere à obtenção dos recursos dessa linha de financiamento é necessário que o município seja selecionado e aprovado pelo Conselho Estadual do PRONAF e que atenda às seguintes exigências: a) tenha um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, contemplando as demandas dos agricultores familiares, aprovado no âmbito do município e do Conselho Estadual do PRONAF; b) o pagamento de contrapartidas, que variam de 20 a 40% do valor solicitado, nos casos onde o Programa Comunidade Solidária não estiver atuando; c) comprovação de que está em dia com as contas junto à União.

Os recursos destinados a essa linha de financiamento provem do Orçamento Geral da União e da contrapartida dos municípios selecionados, sendo que até 1999, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 151,4 milhões, tendo sido selecionados 1.018 municípios, os quais beneficiaram aproximadamente 447 mil famílias.

No Estado de São Paulo, os critérios utilizados para a seleção dos municípios levaram em consideração prioritariamente, a concentração de agricultores familiares e o menor dinamismo das atividades econômicas no município solicitante.

Para tanto, estabeleceu-se, segundo ABRAMOVAY & VEIGA (1998, p. 10),

“um sistema de pontuação resultante do cruzamento de três indicadores: (i) o número absoluto de propriedades com área inferior a quatro módulos fiscais; (ii) o valor da produção agrícola municipal por hectare, levantado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA/SP); e (iii) o índice de participação dos municípios no ICMS, elaborado pela Secretaria da Fazenda. Tais indicadores foram estratificados em sete classes (...). Os números das classes para cada um dos indicadores foram multiplicados, definindo o número de pontos do município.”

A partir dessa classificação, foram utilizados como critérios adicionais para a seleção dos municípios: a presença de engenheiro agrônomo ou veterinário na Casa da Agricultura Municipal; a organização dos produtores em entidades como sindicatos, associações e cooperativas e a existência de outros programas federais e/ou estaduais em desenvolvimento.

Dentre os principais problemas identificados por ABRAMOVAY & VEIGA (1998) para a implementação dessa linha de financiamento referem-se à falta de participação dos agricultores e suas organizações nas discussões realizadas para a elaboração dos

Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, fazendo com que os técnicos rurais (extensionistas) ou as lideranças desses produtores elaborassem os planos e a pouca experiência dos principais agentes envolvidos (técnicos rurais, líderes de associações, agricultores familiares, etc.) na elaboração dos planos, resultando num grande descompasso entre os projetos encaminhados, as condições econômicas de implementação e o grau de alcance social dos mesmos.

Não obstante a constatação desses problemas⁴ em alguns municípios beneficiados com o programa, verificou-se que, entre 1996/97, foram selecionados no país 1.000 municípios. Desse total, foram contemplados com recursos dessa linha de ação para o período 1997-2000, apenas 183 municípios brasileiros, dos quais 48 localizados no Estado de São Paulo, sendo 4 na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Dos quatro municípios selecionados e contemplados com recursos nessa microrregião, foi analisado a atuação do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços nos municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado (Figura 01).

Com base nas informações dos Censos Agrícolas (1960) e Agropecuário (1995/96) da FIBGE e da realização de pesquisa de campo (julho de 1999), procedeu-se à caracterização da estrutura produtiva das referidas localidades e, posteriormente, a avaliação da atuação do PRONAF Infra-estrutura e Serviços nos referidos municípios no período 1997-2000.

A DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DE ALFREDO MARCONDES E ÁLVARES MACHADO

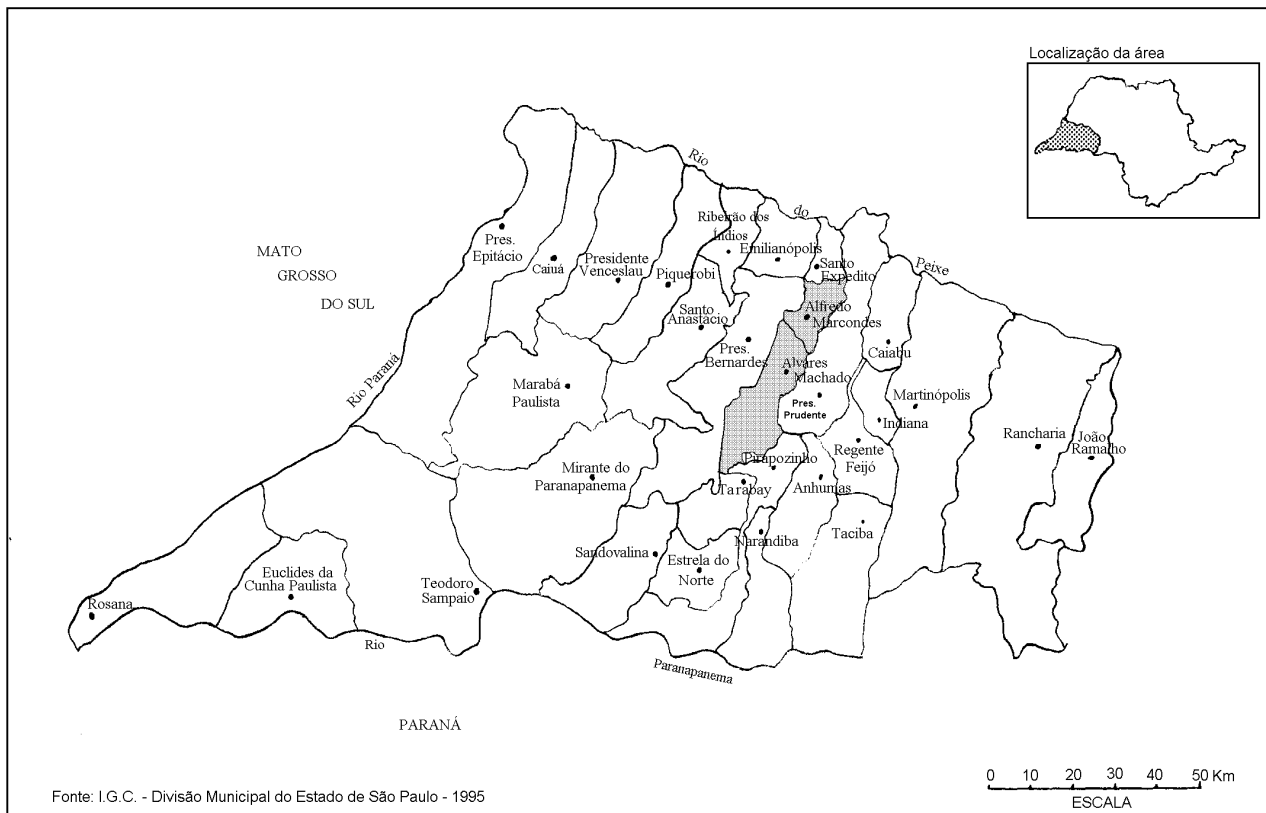
Os municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado têm sua origem associada ao processo de valorização de terras ocorrido no início do século XX propiciado por um lado, pela expansão da cafeicultura no Oeste Paulista e, por outro, pela instalação dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana.

A formação sócio-econômica dos dois municípios esteve, desde o início do processo de ocupação, consubstanciada no desenvolvimento das atividades agrícolas que além de absorverem a maior parcela da população rural, eram responsáveis por imprimirem dinamismo às atividades urbanas (comércio, prestação de serviços, etc.), que dependiam diretamente do desempenho das atividades realizadas no meio rural.

Durante esse período, que perdurou até o final dos anos 1960, as atividades agrícolas eram predominantes nos referidos municípios, destacando-se como princi-

⁴ A partir da constatação desses problemas, o governo federal, em parceria com entidades públicas e privadas, tem organizado cursos de capacitação para a formação de lideranças no meio rural.

Figura 1 - Localização dos Municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP



pais culturas comerciais: o café, a batata-inglesa e a hortelã (até o final dos anos 1940) e o algodão, o amendoim e a mamona (décadas de 1950 e 1960). Além dessas lavouras comerciais, eram cultivados também produtos destinados à subsistência como o arroz, o feijão, a mandioca, etc.

No entanto, a partir do início dos anos 1970, com a conjuntura nacional de privilegiamento dos médios e grandes proprietários de terras em detrimento dos pequenos, associada ao agravamento dos problemas relacionados aos produtos tradicionalmente cultivados na região (altos preços dos insumos; baixos preços dos produtos agrícolas; intensificação do processo de desgaste e erosão dos solos, etc.), fizeram com que os produtores dos municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado substituíssem progressivamente áreas anteriormente destinadas às lavouras por pastagens.

A expansão da pecuária e a retração das áreas de lavouras ficam evidenciadas quando se constata que no município de Alfredo Marcondes em 1960, da área total utilizada pelos estabelecimentos agropecuários, 57,9% eram destinadas às lavouras (47,9% temporárias e 10,0% permanentes) e 37,8% às pastagens. Em 1995/96, da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, 80,6% foram destinadas às pastagens, enquanto que 13,5% foram utilizadas com lavouras (12,7% temporárias e 0,8% permanentes).

No município de Álvares Machado, da área total utilizada pelos estabelecimentos agropecuários em 1960, 56,0% eram ocupadas com lavouras (54,7% temporárias e 1,3% permanentes), enquanto que as pastagens correspondiam a 13,3% do total. Em 1995/96, 81,8% da área total dos estabelecimentos agropecuários foram ocupados com pastagens, enquanto que as lavouras perfaziam apenas 12,0% do total (10,1% destinadas às temporárias e 1,9% as permanentes).

Esse processo de pecuarização ocorreu de maneira mais ou menos homogênea em toda a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, fazendo com que a pecuária de corte, realizada de forma extensiva, se tornasse a principal atividade da economia regional. Em virtude desse processo, houve no período pós 1960, a intensificação da concentração fundiária e a conseqüente expulsão de um grande contingente de trabalhadores do meio rural.

Não obstante a intensa expansão das pastagens nos municípios pesquisados, constatou-se que, em termos econômicos, do valor total gerado pela produção agropecuária em 1995/96, a situação apresentada foi a seguinte: em Alfredo Marcondes, 51,6% eram provenientes da produção vegetal e 48,4% tiveram origem na produção animal, enquanto que em Álvares Machado, 50,8% se originaram na produção vegetal e 49,1% na produção animal.

No que se refere à estrutura fundiária, constata-se que em 1995/96, os municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado apresentaram, comparativamente à Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, uma melhor distribuição da terra, como se pode observar na tabela I.

Tabela 1 - Estrutura Fundiária do Município de Alvares Machado e da MRG de Presidente Prudente, 1995/96

Estratos de Área (ha)	ALFREDO MARCONDES				ALVARES MACHADO				MRG. PRES. PRUDENTE			
	Nº de Estab.	% sobre o total	Área (ha)	% sobre o total	Nº de Estab.	% sobre o total	Área (ha)	% sobre o total	Nº de Estab.	% sobre o total	Área (ha)	% sobre o total
Menos de 20	137	46,6	1.428	12,8	396	53,5	3.829	13,3	6.536	48,0	67.956	4,5
20 a menos de 50	104	35,4	3.331	29,8	212	28,6	6.687	23,1	3.281	24,2	104.935	7,1
50 a menos de 100	34	11,6	2.444	21,9	74	9,9	5.272	18,2	1.462	10,7	104.013	6,9
Subtotal I (menos de 100 ha)	275	93,6	7.203	64,5	682	92,0	15.788	54,6	11.279	82,9	276.904	18,5
100 a menos de 200	14	4,8	1.806	16,1	36	4,8	4.879	16,9	928	6,8	130.719	8,6
200 a menos de 500	3	1,0	847	7,6	21	2,8	6.197	21,4	791	5,8	243.985	16,3
Subtot. II (100 a menos de 500 ha)	17	5,8	2.653	23,7	57	7,6	11.076	38,3	1.719	12,6	374.704	24,9
500 a menos de 1.000	2	0,6	1.318	11,8	3	0,4	2.062	7,1	319	2,3	228.302	15,3
1.000 e mais	0	0	0	0	0	0	0	0	285	2,2	619.794	41,3
Subtotal III (acima de 500 ha)	2	0,6	1.318	11,8	3	0,4	2.062	7,1	604	4,5	848.096	56,6
TOTAL	294	100,0	11.174	100,0	742	100,0	28.926	100,0	13.602	100,0	1.499.704	100,0

Fonte: FIBGE – Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1995/96.

Essa estrutura fundiária menos concentrada nos municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado deveu-se à forte presença de unidades familiares policultoras, conduzidas por descendentes de imigrantes estrangeiros (italianos, espanhóis, japoneses, portugueses, etc.) que tiveram um papel fundamental, tanto na fase de constituição como de consolidação dessas localidades.

A importância das unidades produtivas familiares fica evidenciada quando se constata que em 1995/96, os responsáveis e membros não remunerados da família representavam 74,4% do pessoal ocupado no município de Álvares Machado e 63,6% em Alfredo Marcondes.

Considerando-se que as explorações familiares tendem a se concentrar nos estabelecimentos agropecuários com área inferior a 100 hectares, procurou-se constatar a importância econômica e social dessas unidades produtivas nos municípios pesquisados.

Assim, levando-se em consideração o valor da produção por estrato de área, constata-se que em 1995/96, no município de Alfredo Marcondes, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares foram responsáveis pelo maior valor da produção das seguintes lavouras: algodão (44,5%), amendoim (39,0%), batata-doce (37,7%), cana-de-açúcar (80,0%), feijão (44,2%), milho (40,6%), sorgo forrageiro (100,0%), tomate (100,0%) e uva de mesa (78,9%). Deve-se considerar que essas culturas, em conjunto, foram responsáveis por 89,3% do valor total da produção das lavouras e ocuparam 92,2% da área total destinada às lavouras.

No município de Álvares Machado, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares concentraram em 1995/96, o maior valor da produção, por estrato de área, das seguintes lavouras: algodão (48,4%), amendoim (52,3%), batata-doce (53,1%), cana-de-açúcar (32,6%), cana forrageira (69,1%), feijão (46,9%), manga (50,9%), milho (29,3%) e uva de mesa (49,2%). A área ocupada com essas lavouras no município equivale a 83,6% do total das lavouras e 84,1% do valor total da produção das culturas.

Considerando-se a importância da pecuária nesses dois municípios, constatou-se que em 1995/96, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares concentraram em Álvares Machado, 57,2% do efetivo bovino e 61,0% da produção de leite. Em Alfredo Marcondes, esses estabelecimentos detiveram 61,0% do rebanho bovino e 68,1% da produção de leite.

Deve-se ressaltar que para essas explorações familiares, a pecuária de corte e de leite tornou-se uma alternativa econômica viável frente aos problemas apresentados pelas lavouras tradicionalmente cultivadas na região, pelo fato de: a) possibilitar a associação desta atividade com a produção agrícola, reforçando a diversificação produtiva e a redução dos custos de produção; b) ter a comercialização garantida, no caso do leite, mesmo que por preços baixos, possibilitando a obtenção de renda mínima mensal; c) facilidade de manejo animal; e, d) disponibilidade da utilização de mão-de-obra familiar, sem a necessidade de recorrer à contratação de trabalhadores externos à unidade produtiva.

Do ponto de vista social, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares absorveram no município de Alfredo Marcondes em 1995/96, 90,9% do pessoal ocupado no meio rural, enquanto que em Álvares Machado, essas explorações ocuparam 90,4% dos trabalhadores rurais.

Não obstante a importância constatada tanto em termos econômicos como sociais dos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, deve-se ressaltar o intenso processo de descapitalização a que estão submetidas essas explorações. Assim, pressionados de um lado, pelos altos preços dos insumos químicos e equipamentos utilizados na produção e pelos baixos preços obtidos na comercialização da produção agropecuária e, de outro, pela falta de apoio institucional (crédito rural, assistência técnica, etc.), os produtores se vêem, permanentemente, numa situação de dificuldades econômicas para se manterem produtivamente no campo.

Diante dessas dificuldades, uma estratégia adotada pelos produtores familiares, desde o início da década de 1990, tem sido a organização de associações.

Segundo SABOURIN (1999, p. 6)

“As associações foram criadas, essencialmente, para captar recursos e/ou assegurar a defesa de interesses comuns e a gestão de bens coletivos. Muitas vezes, a associação reúne o conjunto dos membros da comunidade, mas em torno de um objetivo diferente e voluntarioso. Geralmente trata-se de um projeto de caráter produtivo ou econômico, centrado em novas funções em relação as da unidade familiar ou da comunidade: acesso ao crédito, a infra-estruturas ou equipamentos coletivos, comercialização ou transformação dos produtos.”

As associações de produtores rurais são definidas como sociedades civis, sem fins lucrativos, que podem desempenhar funções tanto de representação de interesses dos agricultores junto a outras instâncias de poder, como de prestação de assistência social e serviços aos seus associados.

Nesse sentido, as associações de produtores rurais, podem se constituir num importante meio para a racionalização dos altos custos de produção e as exigências de escala da tecnologia moderna, sendo justificadas para alcançar objetivos bem definidos, como reduzir a intermediação comercial, a aquisição e utilização de forma comunitária de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, etc. (SILVEIRA et. al., 1999)

Deve-se considerar entretanto que, essas organizações surgem da incapacidade de outros canais de representação, como os sindicatos rurais e a cooperativas, de dar respostas satisfatórias e constantes às necessidades dos agricultores. Assim, as associações de produtores rurais, por estarem localizadas na própria comunidade, pressupõem a eliminação ou a diminuição de certas dificuldades (distância geográfica, entraves burocráticos, etc.) em termos de acesso, facilitando a participação, o controle e a representação dos interesses dos associados.

Dessa forma, em relação às associações “*prevalece o entendimento de que se trata de organizações voluntárias, embora induzidas pelo Estado, surgindo, portanto, da vontade e da decisão de um grupo ou de um segmento de classe, com objetivos pré-definidos e relacionados às necessidades sociais numa dada realidade.*” (COSTA & RIBEIRO, 1999, p.05).

Assim, constatou-se que, nos municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado, apesar das associações de produtores rurais existirem desde o início da década de 1990, estas enfrentavam problemas de diversos níveis (institucional, econômico, social, etc.) para se firmarem como instância representativa dos produtores familiares no âmbito do município.

No entanto, essa situação começou a ser alterada quando os municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado foram selecionados e contemplados com os recursos do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais para o período 1997-2001. Isso porque, sob a perspectiva do desenvolvimento local, essa linha de ação do PRONAF estabelece, entre outros critérios, a constituição de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – composto, por no mínimo, 50% de representantes de agricultores familiares – e a aprovação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Esse plano, por sua vez, deve ser elaborado de forma participativa, cabendo às comunidades rurais e suas organizações representativas (associações, cooperativas, sindicatos) a definição e a priorização das demandas.

No caso dos municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado, cujas associações de produtores já se encontravam relativamente organizadas, a implantação do programa e a liberação dos recursos no período 1997-2000, tem levado ao reconhecimento político dessa forma de organização dos produtores rurais.

O PRONAF INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS E O ASSOCIATIVISMO NO MEIO RURAL

Município de Alfredo Marcondes

No município de Alfredo Marcondes, a criação da Associação dos Produtores Rurais (APRAM) ocorreu no ano de 1990. Essa associação, congregando inicialmente 100 produtores, foi criada com o objetivo de aglutinar esforços para prestar serviços que, atendendo as demandas dos associados, contribuíssem para fomentar e racionalizar as atividades agropecuárias no município.

Nesse contexto, dentre os principais problemas enfrentados pelos produtores familiares no município e identificados pela associação, destacavam-se: a) o alto grau

de descapitalização dos agricultores; b) a produção em pequena escala de diversos produtos agropecuários, dificultando a comercialização; c) as péssimas condições de conservação das estradas rurais; d) a falta de máquinas e equipamentos agrícolas, etc.

Entretanto, apesar das dificuldades enfrentadas serem comuns à grande maioria dos produtores, estes apresentavam uma certa resistência em participarem das reuniões promovidas pela associação. Tal fato se justificava, segundo produtores entrevistados, em virtude da escassez de recursos econômicos, que comprometia a implementação das demandas requeridas pelos associados.

Dessa forma, parcela significativa dos produtores associados acabava se desinteressando em participar da associação para a discussão dos problemas enfrentados pela comunidade. Assim, durante essa fase, uma das principais atividades desenvolvidas pela associação foi a compra conjunta de insumos (adubos e cal) para os produtores-associados, que tinham a vantagem de pagar o menor preço pelos produtos adquiridos e, ainda dispõem de maior prazo para efetuarem o pagamento.

No entanto, essa situação começou a se alterar com a seleção do município de Alfredo Marcondes pelo PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais. Isso porque, com o repasse à prefeitura municipal dos recursos para o período 1997-2000, a associação ganhou um novo estímulo e sobretudo, condições econômicas para implantar vários projetos que beneficiaram os associados e os demais produtores do município, como se pode observar no quadro III.

Além desses projetos desenvolvidos com os recursos provenientes do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais, que beneficiaram diretamente 228 famílias no município, a associação, por meio do estabelecimento de convênios e parcerias com a prefeitura local e o governo estadual (Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA -, Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo – CODASP – etc.) tem participado de vários programas visando fomentar o desenvolvimento agropecuário do município, dentre os quais destacam-se o de inseminação artificial e a implantação de posto volante de monta, de eletrificação e telefonia rural, informatização da Casa da Agricultura, de Microbacias Hidrográficas⁵, entre outros⁶.

Verifica-se assim que o desenvolvimento desses projetos, priorizando aqueles segmentos produtivos nos quais os produtores familiares têm uma participação fundamental (como na produção de grãos, de batata-doce e da pecuária leiteira), estimulando a diversificação produtiva, melhorando as condições de infra-estrutura municipal (estradas, energia elétrica, telefonia rural, etc.), prestando assistência técnica juntamente com a Casa da Agricultura - através da realização de cursos, palestras, visitas técnicas,

⁵ No município de Alfredo Marcondes foi contemplada a Microbacia Hidrográfica do Córrego Silveirópolis.

⁶ Destaca-se também a parceria firmada com a paróquia local de São Benedito com o objetivo de estimular e dar apoio à realização de festivais de música sertaneja, festas folclóricas, ao lazer e as diversas modalidades desportivas no meio rural.

Quadro III
Projetos Financiados pelo PRONAF Infra-Estrutura e Serviços no
Município de Alfredo Marcondes, 1997-2000

Projetos	Equipamentos Adquiridos	Quantidade	Total
	Trator traçado	01	R\$ 42.786,00
	Plantadeira convencional	01	R\$ 4.642,00
	Colheitadeira de feijão	02	R\$ 8.550,00
	Colheitadeira de milho	01	R\$ 6.739,00
a) Apoio à produção de grãos (milho e feijão)	Arado reversível – 3 discos de 30’’ – c/ controle remoto	02	R\$ 7.284,00
	Arado de 3 discos de 28	01	R\$ 1.640,00
	Arado alvecas de 2 bicos	01	R\$ 1.146,00
	Arado alvecas de 3 bicos	01	R\$ 1.620,00
	Grade niveladora de 28 discos de 22’’	01	R\$ 2.520,00
	Grade hidráulica de 24 discos de 20’’	01	R\$ 1.380,00
	Distribuidor de calcário de 600 kg	01	R\$ 1.682,00
b) Apoio à produção e comercialização de batata-doce	Riscador para plantio de batata-doce – 3 linhas	02	R\$ 1.000,00
c) Incremento da produção da pecuária leiteira (produção de silagem comunitária e de capineira)	Trator simples	01	R\$ 36.291,00
	Colheitadeira de forragens	01	R\$ 3.910,00
	Riscados para cana	01	R\$ 750,00
d) Diversificação agrícola	Produção de mudas de pupunha – sementes e insumos	01	R\$ 6.050,00
e) Melhoria na comercialização de produtos e insumos agrícolas (Bolsa Municipal de Mercadorias)	Computador 333 mega, monitor 14”, drive cd/room, Windows 98, impressora jato de tinta, scanner 600 dpi, resolução 9600	01	R\$ 2.660,00
f) Recuperação de estradas rurais	-		R\$ 7.794,00
		Total	R\$ 138.444,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2000).

etc. – tem garantido aos agricultores do município, melhores condições para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, com redução nos custos de produção e maior inserção no mercado.

Município de Álvares Machado

Considerando a importância dos agricultores familiares no município de Álvares Machado e as dificuldades enfrentadas para continuarem produzindo e sobretudo, para se inserirem no mercado cada vez mais competitivo e exigente em termos de quali-

dade, aliada à tendência no âmbito governamental de privilegiamento das formas de organização dos produtores, levou à prefeitura municipal, juntamente com a Casa da Agricultura, a realizarem um trabalho junto aos agricultores enfatizando a necessidade destes se reunirem para discutir seus problemas e apontar soluções.

Apesar da resistência inicialmente encontrada, constatou-se na pesquisa de campo, a importância fundamental de alguns produtores, considerados como líderes nos bairros rurais, que assumiram essa tarefa e organizaram as associações. No entanto, dada a realidade deste município, estas passaram a contemplar não apenas os produtores, mas também aquela parcela da população que, mesmo residindo nos bairros rurais, não desenvolvem mais as atividades agropecuárias, já que dependem economicamente do setor urbano.

Dessa forma, conforme se constata no quadro IV, o município de Álvares Machado contava em 1999 com 12 associações de moradores e produtores rurais, as quais, aglutinavam cerca de 230 associados.

Quadro IV - Associações de Produtores Rurais do Município de Álvares Machado, 1999

Nome	Ano de Criação	Nº De Assoc.	Principais Produtos dos Associados
Associação de Produtores da Zona Norte (bairros rurais de Gatti e Jaracatia)	1992	30	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte, hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro 1º de Maio	1997	18	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte, hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais dos Bairros Floresta e Córrego do Macaco	1997	20	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte, hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais dos Bairros Cruzeiro, Jussara e Esperança	1997	12	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais dos Bairros São Geraldo e Km 10.	1997	18	Algodão, amendoim, hortifrutigranjeiros, milho, pecuária leiteira e de corte.
Associação dos Pequenos Agricultores do Bairro Nossa Senhora da Vitória (Km 17)	1992	22	Algodão, feijão, milho, pecuária leiteira e de corte, hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro Km 04	1997	20	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte, hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro Limoeiro	1997	14	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte, hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro Ouro Verde	1997	17	Algodão, pecuária leiteira e de corte, hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais dos Bairros Brejão, Quinta Escola e Guaiçara	1997	22	Fruticultura e pecuária leiteira e de corte.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro Santa Luzia	1997	18	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte, hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro Km 27.	1997	22	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte.

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (1995) e Trabalho de Campo (Julho/1999).

Tendo em vista o número relativamente grande de associações e o fato do município ter sido selecionado e contemplado com os recursos do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais para o triênio 1997-2000, foi criada em junho de 1998, a Federação das Associações Rurais de Álvares Machado (FARAM). Essa federação foi criada com o objetivo de representar legalmente as 12 associações e gerenciar tanto administrativamente como financeiramente, os recursos captados e, por conseguinte, os equipamentos e máquinas agrícolas adquiridos de acordo com os projetos desenvolvidos, conforme se observa no quadro V.

Quadro V - Projetos Financiados pelo PRONAF Infra-Estrutura e Serviços no Município de Álvares Machado, 1997-2000

Projetos	Equipamentos adquiridos	Quantidade	Total
	Trator de 105 HP	01	n.d.
	Trator de 75 HP	01	n.d.
a) Apoio à produção e transporte de hortaliças e batata-doce	Diversos implementos agrícolas como: Terraceador, subsolador, grade niveladora, tombador, grade aradora, etc.	01 (conjunto completo)	n.d.
	Plantadeira com 5 linhas	01	n.d.
	Carretas de trator (p/ 04 toneladas cada)	02	n.d.
	Caminhão-baú (capacidade de 15.000 kg)	01	n.d.
	Lavadeiras de batata-doce	03	n.d.
b) Melhoria de tecnologia rural	Pá carregadeira de 125 cv	01	R\$ 107.500,00
	Trator de rodas 100 cv	01	R\$ 50.000,00
c) Melhoramento genético do rebanho	Manutenção do botijão de sêmen	-	R\$ 600,00
	Reforma e manutenção de veículo de apoio	-	R\$ 1.000,00
d) Recuperação de estradas rurais	-	Total-	R\$ 12.400,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar (2000). n.d. informação não disponível.

Os recursos provenientes do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais beneficiaram diretamente 400 famílias, tendo contribuído para a constituição da *patruilha motorizada agrícola*, o treinamento dos produtores e trabalhadores rurais na técnica de inseminação artificial visando à melhoria genética do rebanho bovino, etc.

Além dessas melhorias, deve-se ressaltar também que a aquisição de um caminhão, adequado ao transporte de hortaliças, propiciou a implementação de uma reinvin-

dicação dos produtores, que era a necessidade de um local para a comercialização direta da produção, eliminando assim, a figura do intermediário (atravessador), proporcionando maior lucro aos associados. Dessa forma, a partir de junho de 1999, a federação passou a dispor de um box no entreposto da CEAGESP em Presidente Prudente, viabilizando a comercialização mais eficiente dos produtos, com a redução das perdas, e possibilitando com o acompanhamento das variações de preços no mercado atacadista, conscientizar os produtores sobre a necessidade da programação do plantio visando o aumento dos rendimentos. Em contrapartida, os associados que comercializam sua produção através do box da federação, pagam a esta uma taxa de 15% sobre o valor total das vendas realizadas, sendo esse recurso utilizado para o pagamento das despesas (aluguel do box, funcionários, etc.).

Além desse programa de âmbito federal – PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais - o município de Álvares Machado foi selecionado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, para participar do Programa de Microbacias Hidrográficas, que tem como objetivo principal promover o desenvolvimento rural sustentável, através da preservação ou recuperação dos recursos naturais, propiciando condições dignas de vida ao produtor rural e sua família⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante os vários problemas apresentados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como o número relativamente de modesto de produtores beneficiados, deve-se reconhecer a preocupação do governo federal em não limitar a atuação do programa apenas à esfera do financiamento individual (crédito de custeio e investimento) da produção agropecuária. Nesse sentido, abrindo a possibilidade da obtenção de financiamentos para as organizações de produtores (associações ou cooperativas), o governo federal passa não apenas a incentivar a aglutinação destes no meio rural, como a criar condições econômicas e políticas para que essas instituições possam efetivamente, com a participação dos agricultores, atender às demandas locais.

Nesse contexto, deve-se reconhecer, ainda que de forma preliminar, a importância que o PRONAF Infra-Estrutura e Serviços tem assumido em alguns municípios que foram contemplados com os recursos dessa linha de financiamento, criando condições econômicas e políticas para que as associações de produtores familiares intervenham na realidade local, firmando-se como entidades aglutinadoras e representativas dos

⁷No município de Álvares Machado, o programa contemplou a Microbacia Hidrográfica do Córrego do Macaco e da Lontra, estando ainda em fase inicial de implantação.

agricultores nas demais instâncias do poder local (prefeituras municipais, Conselhos de Desenvolvimento Rural, Casas da Agricultura, etc.).

Não se quer com isso afirmar que tais ações sejam suficientes para resolver as inúmeras dificuldades encontradas pelos produtores rurais para o desenvolvimento das suas atividades, sobretudo para aqueles mais descapitalizados.

Além do que, não há garantias que com o término do repasse dos recursos pelo programa, essas associações tenham condições de continuar aglutinando os produtores rurais e com capacidade econômica de intervirem na realidade.

No entanto, um dos objetivos do trabalho foi realçar o fato de que as experiências analisadas sinalizam no sentido de que os problemas existem e que somente serão superados se houver, além da vontade política dos governantes, a mobilização dos produtores familiares, organizados de forma a reivindicar seus direitos e sobretudo, a participarem efetivamente das decisões no âmbito local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: Convênio FIPE/IPEA, 1998. 49 p. (Texto para Discussão, 641).

ANDRADE DA SILVA, Enid R. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998. Brasília: IPEA, 1999. 45 p. (Relatório de Pesquisa).

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (BRASIL). **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília: MAA, 1996. 37 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (BRASIL). **Balço do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, 2000. 6 p.

CARNEIRO, Maria J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz F. C.; MOREIRA, Roberto J. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

COSTA, Anita A.; RIBEIRO, Tereza C. O associativismo no meio rural brasileiro: condições e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Foz do Iguaçu, 37., 1999, **Anais...Foz do Iguaçu**: SOBER, 1999, p. 1-10 (ICD-ROM)

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Política agrícola**: novas regras do PRONAF. Curitiba: DESER, 1999. 7 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Censo Agrícola do Estado de São Paulo de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE.

MARTIN, Nelson B. et. al. Subsídios para elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 33-35, 1998.

MOREIRA, Roberto J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1999. 198 p.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Organização de associações**. 4. ed. rev. aum. São Paulo:ICA, 1995. 38 p.

SILVEIRA, Paulo R.C. et al. A diversidade do associativismo na Região do Corede – Centro/RS e sua importância para o desenvolvimento regional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. p. 1-10 (ICD-ROM).

Recebido em fevereiro de 2001.